



GT 43. Etnografias da deficiência

Coordenador(es):

Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP)

Fagner Carniel (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 1 - Objetivações Corporalizadas e Deslocamentos Epistêmicos

Debatedor/a: Pedro Lopes (ESCOLA DA CIDADE - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Sessão 2 - Movimentações e mutações no ativismo da Deficiência

Debatedor/a: Nádia Elisa Meinerz (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 3 - Limites e Impasses nas Políticas Públicas

Debatedor/a: Natan Monsores de Sá (UNB - Universidade de Brasília)

O presente GT apresenta a temática da deficiência como uma experiência multidimensional e impulsionadora de inúmeros desafios de análise, e aceitaremos trabalhos sobre as relações entre deficiência e doenças raras e temas como classe, gênero, raça, ciclo de vida, condição de trabalho, cuidado, vida autônoma e interdições, de modo a refletir as variadas "narrativas da deficiência" e processos classificatórios. Serão, ainda, aceitos trabalhos sobre movimentos por políticas públicas para pessoas com deficiência e doenças raras nos temas de mercado de trabalho, educação, saúde, assistência social, serviços de apoio, incluindo assistentes pessoais, intérpretes de língua de sinais, entre outros. Gostaríamos, ainda, de receber reflexões sobre algumas provocações: a primeira se detém na discussão se a deficiência deve ser apenas objeto de estudo da Antropologia, ou sujeito dela. Privilegia-se nesse debate os trabalhos de pesquisadores/as com deficiência e/ou suas experiências de campo. A segunda refere-se à questão do desejo, seminal para enfrentar a negatividade histórica em torno do tema, haja vista a potência perturbadora, desestabilizadora e agitadora da categoria deficiência para a pesquisa e produção teórica. A terceira provocação diz respeito à questão Ontológica, e as relações entre o tema e outros como animais (ex. equoterapia, cães de trabalho e suporte), objetos (cadeiras de rodas, bengalas, pulmões de aço), tecnologias (fala computadorizada, smartphones), linguagens.

?A medicação eu consegui bem fácil (...) A dificuldade tem sido a internação?: deficiência e desigualdades nas crônicas invisíveis da judicialização da saúde

Autoria: Leonardo do Amaral Pedrete (DPU)

O debate público acerca do tema da judicialização da saúde no Brasil é marcado pela contraposição entre a questão dos crescentes gastos públicos com processos judiciais em saúde, sobretudo em se tratando de medicamentos, e o drama das chamadas "escolhas trágicas" que envolvem as decisões judiciais. Por outro lado, no campo da já significativa literatura especializada produzida nas últimas décadas, autores divergem radicalmente sobre a questão: a judicialização da saúde (re)produz desigualdades socioeconômicas? A partir dos achados de uma etnografia que acompanhou e analisou a mobilização do sistema de justiça por parte de pessoas com enfermidades crônicas na chamada "capital brasileira da judicialização da saúde", o presente work propõe deslocamentos e refinamentos sobre tais questões e dicotomias. O fio condutor da discussão é a história de Tânia, uma moradora da zona rural de um município do interior da região central do Rio Grande do Sul que possui uma doença rara que configura deficiência motora, mas não intelectual; e cuja família busca na justiça, há anos, cuidados domiciliares em saúde e/ou internação em clínica especializada. Além de dados quantitativos, entrevistas em profundidade e análise de documentos médicos e jurídicos revelam que, ao



mesmo tempo em que o sistema de justiça se afigura como arena de luta nas quais pessoas com deficiência tentam tornar visíveis suas condições de vida e necessidades em saúde, evidencia-se a persistência de um modelo farmacêutico da judicialização (e hospitalocêntrico da gestão em saúde) e de dicotomias como saúde/assistência social e público/privado. Articulando as justaposições entre saúde, justiça e moral, por meio da discussão antropológica das 'technicalidades jurídicas' (RILES, 2005), das 'políticas da vida' (FASSIN, 2018) e da privatização do cuidado (DEBERT, 1999; MOL, 2008), a pesquisa privilegia as cada vez mais frequentes itinações dos demandantes na luta pelo direito à saúde, cujas histórias frequentemente passam ao largo das grandes narrativas da judicialização da saúde. Além disso, aponta para dilemas familiares e efeitos perversos da burocratização estatal ? enquanto produtora sistemática de arbitrariedades e desigualdades, cf. Gupta (2012) ? nos múltiplos caminhos do que prefiro denominar 'justicialização da saúde'. Especialmente em se tratando de pessoas com deficiência cujos tratamentos fogem à lógica da 'bala mágica' (BIEHL, 2011), posto que elas reivindicam cuidados multiprofissionais de longo prazo e em diferentes níveis de complexidade, para lidar com condições crônicas que nem sempre são visíveis.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: